COMUNICADO

Tendo em vista o conteúdo das consultas recebidas em eleições passadas e até o momento, a Secretaria da Comissão Eleitoral apresenta os seguintes esclarecimentos, relativos ao Processo de escolha dos membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG):

Remuneração: Os membros eleitos não auferem qualquer tipo de remuneração ou gratificação. Aqueles que fizerem jus a pagamento de deslocamento e de diárias deverão efetuar as solicitações conforme os procedimentos e regras já existentes.

Dedicação em tempo integral e periodicidade de reuniões: a decisão sobre o calendário de reuniões, bem como a necessidade de realização de encontros presenciais (e respectivos locais) ou de utilização de outros meios de comunicação, serão objeto de deliberação do próprio Comitê.

Liberação da comarca: a participação em atividades ou reuniões será precedida de convocação pelo Presidente do Comitê, conforme os normativos existentes no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Período de inscrições para concorrer a membro do Comitê: O período de inscrição para se candidatar será de 12, 13 e 14 de março (próxima semana). A Inscrição é através do e-mail cgrpg.candidato@tjsc.jus.br, com indicação de qual classe quer concorrer – ou se quer concorrer em ambas – escolha pelo Tribunal ou escolha pela Classe.

Dia das eleições pelo Tribunal (egrégio Órgão Especial): dia 4 de abril (quarta-feira), das 9 horas às 9h30min (Primeiro Turno), e das 10 horas às 10h30min (Segundo Turno).

Dia da votação das classes (Magistrados e Servidores): dia 5 de abril (quinta-feira), das 8 horas da manhã até às 19 horas, em link a ser aberto no acesso restrito.

[Acesse o calendário eleitoral aqui](#)

Competências: seguindo orientação da Resolução n. 194 do CNJ, a Resolução TJ n. 20/2014, dispõe:

Art. 2º São atribuições do Comitê Gestor Regional:

- I – fomentar, coordenar e implementar, em conjunto com os demais Comitês e Conselhos competentes existentes na estrutura do Tribunal de Justiça, programas, projetos e ações vinculadas à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;
- II – atuar na interlocução com o Conselho Nacional de Justiça, a Rede de Priorização do Primeiro Grau e outras instituições, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;

III – interagir permanentemente com o representante do Tribunal na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e a Assessoria de Planejamento, Organização e Sistemas;

IV – promover reuniões, encontros e eventos para o desenvolvimento dos trabalhos de sua competência;

V – monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados;

VI – interagir permanentemente com os Comitês Orçamentários instituídos por força da Resolução n. 195, de 3 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. As decisões proferidas pelo Comitê Gestor Regional serão submetidas à aprovação do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.